



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **CONSULTA - 0009361-07.2019.2.00.0000**
Requerente: **DENIS WILLIAM RODRIGUES RIBEIRO**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

RECURSO ADMINISTRATIVO. CONSULTA. RESOLUÇÃO CNJ N. 75/2009. ATIVIDADE JURÍDICA. INTERESSE INDIVIDUAL. NÃO CONHECIMENTO. PRECEDENTES.

1. Questionamento acerca da Interpretação da Resolução CNJ n. 75/2009 quanto à exigência de atividade jurídica para fins de ingresso na carreira da Magistratura.
2. Não cabe ao CNJ conhecer de Consultas relacionadas a fatos concretos e particulares, que remetem ao interesse individual do requerente.
3. A inexistência de argumentos novos e suficientes a alterar a decisão monocrática impede o provimento do recurso administrativo.
4. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Plenário Virtual, 8 de maio de 2020. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Emmanoel Pereira, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Rubens Canuto (Relator), Tânia Regina Silva Reckziegel, Mário Guerreiro, Candice L. Galvão Jobim, Flávia Pessoa, Maria Cristiana Ziouva, Ivana Farina Navarrete Pena, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **CONSULTA - 0009361-07.2019.2.00.0000**
Requerente: **DENIS WILLIAM RODRIGUES RIBEIRO**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo (Id 3871846) interposto por Denis William Rodrigues Ribeiro contra decisão monocrática que não conheceu da Consulta por considerar que a indagação formulada se relaciona a um fato concreto e particular, que remete ao interesse individual do consulente (Id 3858245).

O relatório da decisão combatida foi sistematizado nos seguintes termos:

Trata-se de Consulta formulada por Denis William Rodrigues Ribeiro. O consulente afirma exercer atividade jurídica voluntária no Ministério Público Federal (MPF), na unidade da Procuradoria da República na cidade de Uberaba/MG (PRM/MG), sob a supervisão e orientação dos Excelentíssimos Procuradores da República Dr. Thales Messias Cardoso e Dr. Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto.

Esclarece que, recentemente, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) editou resolução para dispor sobre o cômputo de serviço voluntário que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos para fins de comprovação de atividade jurídica em concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público.

Sustenta que as mesmas razões adotadas pelo CNMP seriam aplicáveis à interpretação da Resolução CNJ n. 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.

Ao final, apresenta os seguintes questionamentos:

Por todo o exposto, questiona-se, respeitosamente, se a atual redação do art. 59, III da Resolução n. 75, de 12 de maio de 2009, confere a abertura necessária para abarcar o cômputo de serviço voluntário prestados seja perante o Poder Judiciário ou no âmbito das funções essenciais à Justiça, notadamente, no Ministério Público e na Defensoria Pública, que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos para fins de comprovação de atividade jurídica em concursos públicos de ingresso nas carreiras da Magistratura.

Outrossim, questiona-se, respeitosamente, se a atual redação do art. 67, XII, aliada a exegese do art. 5º, V, todos da Res. 75/2009, conferem, em conjunto, a abertura necessária para contemplar o cômputo de serviço voluntário prestados seja perante o Poder Judiciário ou no âmbito das funções essenciais à Justiça, notadamente, no Ministério Público e na Defensoria Pública, que exija a prática reiterada de atos que demandem a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos, para fins de pontuação na prova de títulos, pertinente a quinta etapa do concurso público para ingresso na carreira da magistratura. (art. 5º, V, Res. 75/2009).

É o Relatório.

Em seu recurso, o requerente sustenta a existência de repercussão geral na hipótese, bem como que, em outra oportunidade (Consulta n. 0009079-37.2017.2.00.0000), o CNJ já conheceu e proveu consulta em que o consulente seria diretamente interessado no feito.

É o relatório.

Brasília, 28 de março de 2020.

Conselheiro **RUBENS CANUTO**

Relator

VOTO

Inicialmente, registro que o RICNJ não contempla o cabimento de recurso administrativo contra decisão prolatada em sede de Consulta, nos termos do §1º de seu artigo 115:

Art. 115. A autoridade judiciária ou o interessado que se considerar prejudicado por decisão do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça ou do Relator poderá, no prazo de cinco (5) dias, contados da sua intimação, interpor recurso administrativo ao Plenário do CNJ.

*§ 1º São **recorríveis apenas** as decisões monocráticas terminativas de que manifestamente **resultar ou puder resultar restrição de direito ou prerrogativa, determinação de conduta ou anulação de ato ou decisão, nos casos de processo disciplinar, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, procedimento de controle administrativo ou pedido de providências.***

Apesar disso, recebo o recurso administrativo, tendo em vista que foi interposto tempestivamente pelo requerente e considerando, ainda, que o Plenário deste Conselho, sem embargo da previsão regimental, tem admitido recursos em procedimentos dessa natureza.[\[1\]](#)

Quanto ao mérito recursal, após detida análise dos argumentos deduzidos na peça sob exame, averiguou-se não ter sido colacionada nenhuma nova tese ou informação **capazes de reclamar a revisão da decisão monocrática**.

Assim, por inteira pertinência, rememoram-se os termos do *decisum* (grifos no original):

A Consulta não merece ser conhecida.

*De acordo com o Regimento Interno deste Conselho (artigo 89), o “Plenário decidirá sobre consultas, **em tese**, de interesse e repercussão gerais quanto à dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência”.*

*Ao interpretar esse dispositivo, a jurisprudência deste Conselho consolidou o entendimento de **não conhecer de Consultas que tenham por objetivo casos concretos**.*

Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados:

“RECURSO ADMINISTRATIVO EM CONSULTA. RESOLUÇÃO 81, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ANÁLISE DE TÍTULOS. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. NÃO CABIMENTO DA CONSULTA. Arquivamento.

1) Consulta acerca da Resolução nº 081/2009 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre os concursos públicos para outorga das Delegações de Notas e de Registro e sobre a minuta de edital para referidos concursos.

*2) Não cabe a este Conselho responder a Consultas emergentes de **questões administrativas concretas submetidas ou que possam ser submetidas à apreciação por órgãos do Poder Judiciário** (PP 15987).*

3) Não é cabível a Consulta para a solução de dúvidas dos particulares sobre normas jurídicas, sem interesse geral, ou que importe a fixação pelo CNJ de interpretação acerca das hipóteses apresentadas, antecipando solução para situações reais escondidas na formulação em tese. Recurso a que se nega provimento.”

(CNJ – CONS 0004740-79.2010.2.00.0000 – Rel. Cons. José Adonis Callou de Araújo Sá – 112ª Sessão – j. 14/09/2010 – DJ- e n. 170/2010, em 16/09/2010, p. 42)

“RECURSO ADMINISTRATIVO. CONSULTA. CASO CONCRETO. ANTECIPAÇÃO DE SOLUÇÃO. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO. PRECEDENTES.

1. Pedido formulado por magistrado para manifestação acerca questão relacionada à aplicação da Resolução CNJ 7/2005.

*2. É firme o entendimento do CNJ de não conhecer consultas quando os elementos coligidos aos autos denotem o objetivo de sanar dúvida jurídica ou antecipar a solução de **caso concreto**.*

3. O significado da palavra ‘dúvida’ é a incerteza acerca de uma realidade ou fato. Se há entendimento firmado sobre a matéria, inexistente dúvida a ser dirimida.

4. A defesa de um posicionamento acerca da questão suscitada nos autos demonstra o objetivo de provocar a manifestação do Plenário para ratificação de tese jurídica e esta medida é estranha às finalidades constitucionais deste Conselho.

5. Recurso a que se nega provimento.”

(CONSULTA n. 0003164-41.2016.2.00.0000 – Rel. Cons. Fernando Mattos – 21ª Sessão Virtual – 26.05.2017)

É esse o caso dos autos.

O próprio consulente afirma exercer atividade jurídica voluntária no Ministério Público Federal (MPF).

Além disso, extrai-se dos autos que o requerente foi candidato do 188º concurso para ingresso na Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), oportunidade em que pretendeu utilizar a experiência no MPF para fins de comprovação do triênio de atividade jurídica.

Observa-se, assim, que a indagação se relaciona essencialmente a um fato concreto e particular, que remete ao interesse individual do consulente.

Em todo o caso, verifico que a questão posta neste procedimento possui estreita pertinência com as atribuições da **Comissão Permanente de Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas**, a qual promove, atualmente, estudos visando à alteração da Resolução CNJ n. 75/2009 (Procedimento de Competência de Comissão n. 0006269-02.2011.2.00.0000), de sorte que se mostra conveniente a remessa de cópia da petição inicial à referida comissão para que seja avaliada a pertinência dos argumentos deduzidos pelo requerente.

Diante do exposto, com fundamento no disposto no artigo 25, X, do RICNJ, **não conheço da Consulta** e determino o arquivamento liminar do feito.

Extraia-se **cópia da petição inicial** destes autos e **encaminhe-se ao Gabinete do eminente Conselheiro Emanuel Pereira**, Presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas.

Em complemento aos fundamentos já expostos na decisão monocrática, registro apenas que, ainda que superada questão preliminar referente ao interesse individual, o fato de alterações na Resolução CNJ n. 75/2009 estarem sendo atualmente estudadas no Procedimento de Competência de Comissão n. 0006269-02.2011.2.00.0000, pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas, recomenda, no meu sentir, que o debate em torno da questão suscitada pelo requerente seja concentrado naquele procedimento.

Diante do exposto, **conheço** do recurso para, no mérito, **negar-lhe provimento**.

É como voto.

Conselheiro **RUBENS CANUTO**

Relator

[1] Nesse sentido: Consulta n. 0001827-17.2016.2.00.0000, Rel. Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim, 22ª Sessão Virtual, j. 5/6/2017; Consulta n. 0005620-32.2014.2.00.0000, Rel. Conselheiro Norberto Campelo, 240ª Sessão Ordinária, j. 25.10.2016.



Assinado eletronicamente por: **RUBENS DE MENDONCA CANUTO NETO**

12/05/2020 11:10:19

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **3970233**



20051211101933200000003590187